

Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem: ensinando modos de ver¹

Leandro Belinaso Guimarães*
Maria Lucia Castagna Wortmann**

Resumo

Este trabalho discorre sobre os modos como a floresta Amazônica foi *produzida* no início do século XX pela literatura de viagem de Euclides da Cunha. O artigo debruça-se, sobretudo, sobre o conjunto de motivações da viagem euclidiana à floresta. Argumenta-se que naquela época se instituiu a necessidade de inscrever a floresta Amazônica no mundo como um ambiente desencantado, caótico, bárbaro e selvagem. Era preciso apagar, ou passar a limpo, uma literatura de viagem do século XIX que marcara a floresta como um lugar idílico, tranquilo e encantado. Dessa forma, uma das intenções do texto é apontar uma descontinuidade entre a literatura de viagem do século XIX (sobretudo aquela que sofrera fortes contaminações românticas da “estética do sublime”) e a literatura sobre a Amazônia que Euclides da Cunha inaugura relativamente aos modos de ver a floresta. Os textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia são vistos no artigo como pedagógicos, por nos ensinarem como,

no início do século XX, a floresta foi configurada e como os sujeitos que lá viviam foram constituídos e posicionados, por exemplo, relativamente à raça. Com inspiração nos estudos culturais que assumem perspectivas pós-modernas, busca-se entender as significações atribuídas à floresta e, também, aos processos que posicionam de modos específicos os sujeitos que nela habitam, como resultantes de configurações tecidas na história e na cultura.

Palavras-chave: Estudos culturais. Amazônia. Euclides da Cunha. Pedagogia cultural.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: lebelinaso@uol.com.br

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: wortmann@terra.com.br

Recebido: 20/05/2010 – Aprovado: 5/09/2010

Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida na tese de doutorado denominada “Um olhar nacional sobre a Amazônia: *apreendendo* a floresta em textos de Euclides da Cunha” (GUIMARÃES, 2007). Nela procuramos estudar os modos como a floresta Amazônica foi *produzida* no início do século XX pela literatura de viagem de Euclides da Cunha.² Este artigo apresenta uma pequena parte da tese referente ao conjunto de motivações da viagem *euclidiana* à floresta. Dessa forma, pretendemos mostrar como naquela época se instituiu a necessidade de inscrever a floresta Amazônica no mundo como um ambiente desencantado, caótico, bárbaro e selvagem. Era preciso apagar, ou passar a limpo, uma literatura de viagem do século XIX que marcara a floresta como um lugar idílico, tranquilo e encantado. Dessa forma, uma das intenções neste texto é apontar uma descontinuidade entre a literatura de viagem do século XIX (sobretudo aquela que sofrera fortes contaminações românticas da “estética do sublime”) e a literatura sobre a Amazônia que Euclides da Cunha inaugura relativamente aos modos de ver a floresta.

A pesquisa buscou, em síntese, compreender como a floresta Amazônica (e os sujeitos que nela estão) foi configurada em determinada época. E é nesse sentido que os textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia podem ser vistos como pedagógicos, por nos ensinarem como no início do século XX a floresta foi configurada e como os sujeitos que lá viviam foram constituídos e posicionados, por exemplo, relativamente à raça – um dos focos do estudo.

A pesquisa buscou também tornar mais visíveis os discursos que têm instituído a floresta Amazônica, bem como constituído os sujeitos que lá vivem como dotados de atributos muito peculiares. Consideramos tal empreendimento como uma vertente de pesquisa no campo da educação ambiental, embora essa se diferencie bastante de muitos outros projetos desenvolvidos nessa área e direcionados à Amazônia ou a locais como matas, florestas, bosques ou jardins. Inspirados nos estudos culturais que assumem perspectivas pós-modernas, buscamos entender as significações atribuídas à floresta e também aos processos que posicionam de modos específicos os sujeitos que nela habitam, como resultantes de configurações tecidas na história e na cultura.

Pretendemos, dessa forma, desnaturalizar quaisquer significados que tenhamos sido conduzidos a enxergar como “colados” à Amazônia hoje, ao marcá-los como construídos e contestados no mundo em que vivemos. Isso implica problematizar qualquer significado que possa ser tomado como dado, natural e universal. Dessa forma, defendemos que o uso de tal perspectiva de pesquisa pode ampliar o campo de possibilidades da educação ambiental, ao destacar a importância da história e da cultura nos entendimentos que possuímos e que, nesse caso, dizem respeito à natureza e aos sujeitos que permanecem, ainda hoje, ligados a ela, como os chamados “povos das florestas”.

Após essas considerações iniciais, destacamos aquilo que estará contido neste artigo. A primeira parte versará

sobre os relatos de viagens empreendidas ao chamado Novo Mundo nos séculos XVIII e XIX, pois nesses se processa uma ruptura, como veremos, relativamente às viagens realizadas nos séculos anteriores, o que decorre, de certa forma, de ter esse Novo Mundo começado a perder paulatinamente muito dos seus encantos e dos seus mistérios na medida em que a ciência passou a descrevê-lo e explicá-lo.

Na segunda parte deste trabalho fazemos algumas perguntas em torno do gênero literário, nomeado como “literatura de viagem”. Esse esforço se torna importante para que possamos, depois, focalizar a questão central deste texto (na sua terceira e última seção) e que envolve perguntar sobre as motivações da viagem que Euclides da Cunha fez à Amazônia no início do século XX e, ao examiná-las, ir tecendo argumentos sobre como se foi aprendendo naquele tempo a ver a floresta tropical de um modo definido como tipicamente brasileiro.

As literaturas [científicas] de viagem

No século XVI a veracidade do relato de viagem estava conquistada, simplesmente, pelo fato de o narrador ter estado lá, ter escrito, muitas vezes, ainda em viagem (uma viagem quase sempre demorada) e também por ter desenvolvido um relato que não necessitava esconder-se num discurso longo e verboso (SUSSEKIND, 1990, p. 130). Por outro lado, nas viagens, sobretudo nas realizadas a partir do século XVIII,

emergiram outros critérios de veracidade e outras formas de escritura dos relatos. Como destaca Sússekind (1990), as “coisas” do Novo Mundo não podiam mais ser descritas sob a “aura de mistério e extravagância” (p. 132) e o “senso do maravilhoso” passava a dar lugar a um “olhar de cientista”, ao “desejo do paraíso” e ao “interesse de aprendizado” (p. 148).

As viagens ilustradas afastaram-se das lendas (tais como as das amazonas, as das minas de ouro), da busca do paraíso e do Eldorado. E, então, o exagero, a invenção, a fabulação e a inexatidão passaram a ser qualificações das quais os viajantes naturalistas a partir do século XVIII deveriam necessariamente fugir. Nesse sentido tornou-se imprescindível ir em busca do “estilo simples da verdade”, que deveria ser fornecido pelas ciências naturais (p. 145).

Como também destaca Sússekind (1990), as viagens científicas são relatadas a partir de um “olhar armado” que se contrapõe a um “olhar ao léu”. Essa armadura no olhar reduz o campo visual (era preciso ver o miúdo). Toda a plenitude de uma floresta tropical reduz-se a um censo pragmático e classificatório, que arma o olhar do viajante naturalista para a pequenez dos detalhes nomeáveis. Tal operação nutre também o olhar dos pintores que acompanhavam muitas dessas viagens. Como diz Sússekind: “É como se a chave das Ciências Naturais e o olhar interessado, classificatório, do viajante naturalista servissem de rede interpretativa superponível a qualquer paisagem” (p. 113). A autora também destaca que esse olhar, que se deseja im-

parcial e desapaixonado, se converte em “observação interessada, com itinerário, objetivos e modos-de-ver sabidos de cor” (p. 114).

Antes mesmo de se lançarem às expedições, os viajantes naturalistas pareciam saber exatamente qual era a paisagem útil, bem como os objetos e os espécimes que deveriam ser colecionados. Cabia, então, ao viajante “classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho” (p. 45). Flora Süssekind (1990) destaca que tais “olhares armados” penetraram fortemente a prosa de ficção brasileira emergente nas décadas de 1930 e de 1940. Destaca também o caráter educativo que assumiam os relatos de viagem naqueles tempos (fontes de divertimento, mas, sobretudo, de conhecimento e acesso a informações).

Assim, então, se nos séculos XVI e XVII o encanto da viagem remetia à descrição do encantado e do maravilhoso, o encanto da viagem dos séculos XVIII e XIX estava na possibilidade de fortalecer uma ciência natural em consolidação.

Talvez seja interessante perguntar agora as razões pelas quais estamos apresentando elementos sobre o gênero literário nomeado como “literatura de viagem”. Tal incursão torna-se especialmente importante para as indagações que temos a respeito dos escritos de Euclides da Cunha derivados de sua viagem à Amazônia em 1905. Embora Euclides da Cunha não tenha feito “literatura de viagem”, esse gênero literário se tornara um guia, um marcador importante sobre a floresta que Euclides

visitou. Não eram os marcadores criados pela indústria do turismo (ainda não emergente no final do século XIX e início do século XX) que guiavam o olhar *euclidiano* para a Amazônia, mostrando aquilo que era imprescindível ser visto e como as “coisas” vistas deveriam ser enxergadas.

Nossa argumentação vai na direção de apontar que os marcadores da viagem *euclidiana* à Amazônia foram construídos, especialmente, pelas literaturas científicas de viagem que percorreram o século XIX e, sobretudo, por aquelas que seguiram os passos estilísticos e as formas de ver (emergentes na primeira metade do século XIX) postas em circulação a partir das narrativas românticas tecidas sobre o Novo Mundo, como, por exemplo, as desenvolvidas pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt.

Embora não pretendamos nos deter neste texto na escritura produzida por Humboldt (a partir de sua viagem ao Novo Mundo no início do século XIX), cabe destacar que essa marcou uma forma de literatura científica de viagem com forte inclinação romântica no decorrer daquele século. Humboldt não se ausenta do texto que escreve. Pelo contrário, uma estética da natureza vista através da sensibilidade do naturalista imprime dramaticidade à literatura científica de viagem produzida por Humboldt, contaminando então o olhar armado do viajante. Como argumenta Pratt (1999), Humboldt não produziu uma natureza acessível, coletável, reconhecível e categorizável (conforme a botânica produzida pelos adeptos de

Lineu apregoava à época), mas, sim, “uma natureza dramática, extraordinária, um espetáculo capaz de ultrapassar o conhecimento e inteligência humana” (p. 212).

Essa “estética do sublime” parece, deliberadamente, querer ultrapassar o detalhamento científico à época e também a excessiva pessoalidade nos relatos de viagens (p. 213). Nesse sentido, Humboldt parece tecer uma narrativa científica na qual a natureza está em comunhão com a vida espiritual do homem, embora, como argumenta Pratt (1999), a extirpação do humano no texto seja partilhada com os demais relatos científicos à época. Como destaca Lisboa (1997), é possível ver a forte influência do romantismo alemão na produção de Humboldt (que fora amigo dos românticos Goethe e Schiller).

Euclides da Cunha levou adiante o projeto de reunir arte e ciência no texto literário produzido a partir da viagem, porém uma de suas motivações parece ser (como homem constituído em seu tempo) passar a limpo a Amazônia, ou seja, destituí-la dos marcadores que a literatura científica de viagem, sobretudo aquela com traços românticos aliadas a uma “estética do sublime” (como parece ser a de Humboldt), imprimira por todo o século XIX à floresta. Veremos um pouco mais sobre isso ainda neste texto. Passamos agora a nos deter mais na reflexão sobre o gênero literário nomeado como “literatura científica de viagem”.

Gostaríamos de formular uma questão de forma semelhante à proposta por Jonathan Culler (1999), ou seja, não perguntar pelo que é literatura (e,

nesse caso, pela literatura de viagem), mas, sim, pelo “que faz com que nós (ou alguma outra sociedade) tratemos algo como literatura [de viagem]” (p. 29). E vamos nos deter em apenas duas *razões* que parecem estar em operação na instituição de um texto como pertencendo a um gênero literário específico chamado literatura [científica] de viagem: estar lá e coletar informações e espécimes para poder narrar e, ainda, classificar e nomear as coisas da natureza *praticando*, então, História Natural.

É preciso ter estado lá para narrar uma viagem [científica]

Alguns antropólogos, a partir das duas últimas décadas do século passado, têm discutido mais insistentemente a outrora suficiência do texto antropológico, que lhe era dada exatamente pela argumentação de se ter estado lá, de se ter mesmo mergulhado densamente numa “outra cultura” e, portanto, em razão desse mergulho, estar munido da segurança de poder transformar em texto “verídico” as observações empíricas realizadas. O que se coloca em xeque atualmente é essa pretensão explicativa de um “outro enigmático”, dada, simplesmente, pelo fato de se ter convivido e testemunhado, mesmo que intensamente, esse “outro” lugar.

Como destaca Clifford Geertz (1989), com o fim do colonialismo (pelo menos em suas características marcadas pela possessão e pela conquista europeia sobre “outras” terras, vidas e

mares) “a natureza do relacionamento entre os que perguntam e olham e os que são perguntados e se tornam objeto do olhar” muda radicalmente (p. 60). Na condição pós-colonial que vivemos hoje, um “outro” sempre está ao nosso lado e, agora, também, perguntando sobre nós (considerando esse “nós” um antropólogo qualquer, algum viajante ou europeu “nativo”).

No caso dos antropólogos que se colocam sob a marca da “antropologia pós-moderna” (REYNOSO, 1992), ou, então, da “etnografia pós-colonial” (CARVALHO, 2001), uma crítica interna é feita sobre a possibilidade de a antropologia descrever “um outro”, de falar *sobre* “um outro”, de falar *por* “um outro”, de representar, enfim, “um outro” por meio do “discurso aparentemente universalizado da antropologia” (TYLER, 1992, p. 289). Está se considerando, como argumenta Stephen Tyler (1992), que todo ato de representação é também um ato de repressão política. Dessa forma, o texto antropológico passa a ser entendido não como uma descrição de como “um outro” é mesmo (suas “reais” conformações e atributos); muito menos passa a ser compreendido como uma escritura enganosa ou distorcida de uma suposta “realidade” que estaria lá, passível de ser apreendida e, portanto, narrada.

Por outro lado, o texto antropológico, sob o crivo da crítica pós-colonial, passa a ser visto como um modo de narrar “um outro” e nesse ato de escritura está em processo a produção desse “outro” narrado. Um texto, enfim, próprio a uma disciplina acadêmica que, interessada na descolonização do saber, pode-

ria atentar para os jogos de poder a que está submetido e, também, à sua possibilidade dialógica, ou seja, para uma dimensão que contemple a polifonia, no sentido da valorização de outras vozes em seu interior. Dessa forma, ter estado lá não é mais condição para atestar qualquer veracidade ou autenticidade a uma narrativa derivada desse contato.

Como argumentamos anteriormente, os relatos dos viajantes do século XVI adquiriam legitimidade e veracidade pelo fato, entre outros, de terem sido escritos lá mesmo, onde as coisas contadas estavam. Embora no século XVIII tenha ocorrido uma ruptura nos modos de relatar as viagens, que irá marcar toda a literatura de viagem no decorrer do século XIX (como já disse, as viagens passam a ter razões “científicas”), continua em operação uma certa veracidade conquistada pela narrativa de viagem em razão de o seu narrador ter estado lá (no lugar onde “coisas” que foram vistas merecem, enfim, ser contadas e inscritas). Essa seria uma das condições principais, inclusive, para que um texto seja considerado literatura de viagem.

A pesquisadora Karen Lisboa (1997) chama nossa atenção para a especificidade do gênero literatura de viagem quando diz que “a condição *sine qua non* para que um texto seja considerado literatura de viagem é o deslocamento físico do autor pelo espaço geográfico, por tempo determinado, e a transformação do observado e do vivido em narrativa” (p. 34). Mesmo com essa ressalva, a pesquisadora destaca as inúmeras diferenciações na forma de se construir um relato, um texto, que poderá ser no-

meado como literatura de viagem. Enquanto gênero literário, a disseminação de formas (romances, diários, poesias, crônicas, relatos científicos) de narrar uma viagem dificulta qualquer definição rigorosa em torno desse gênero.

Consideramos importante referir agora que a história natural, a partir do século XVIII, não está circunscrita apenas às literaturas derivadas das viagens dos naturalistas. Há, na época, outros lugares que também atuam na produção de conhecimento sobre a natureza: o gabinete de história natural, por exemplo. A viagem, nesse caso, é “substituída [embora continue fornecendo autenticidade aos materiais trabalhados] por bibliotecas, laboratórios, coleções, herbários, jardins botânicos...” (KURY, 2001, p. 865). Como destaca Lorelai Kury (2001), os trabalhos nos gabinetes e nas viagens são vistos como complementares nos estudos dos naturalistas, sendo o viajante era considerado um coletor. “A viagem é em geral considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência” (p. 865).

Do que estamos falando depreende-se então, pelo menos, duas *razões* que parecem estar em operação quando falamos dos textos como pertencentes ao gênero da literatura científica de viagem: a necessidade de estar lá e também de coletar informações e espécimes para um posterior trabalho nos gabinetes de História Natural. Dessa forma, tal literatura científica de viagem está circunscrita aos trabalhos em História Natural (séculos XVIII e XIX). Então, esse múltiplo campo de saber não trata,

apenas, da natureza, mas coloca em operação formas de ver e de narrar. Como já destacamos, há diferenças entre as literaturas [científicas] de viagem, pois materiais diversos (relatos, diários, cartas, relatórios) são incorporados nesse gênero. Porém, como já referimos, não nos interessa aqui fazer uma discussão exaustiva em torno da literatura de viagem. Salientamos apenas alguns pontos que consideramos importantes para poder refletir, agora, sobre os escritos de viagem à Amazônia de Euclides da Cunha. É exatamente isso que passamos a fazer a seguir.

Passando a limpo a Amazônia: a viagem de Euclides da Cunha

Os textos derivados da viagem realizada por Euclides da Cunha em 1905 à Amazônia, guardam, talvez, uma semelhança importante com as literaturas de viagem do século XIX: era preciso estar lá na floresta Amazônica para escrever sobre ela. Antes de partir para sua viagem pelo rio Purus, cujo traçado faria o viajante penetrar na floresta Amazônica (saindo de Manaus e deslocando-se em direção ao Acre), Euclides escreveu algumas cartas ao seu superior: o ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco (escritas, então, em Manaus, antes da chegada das “instruções” de viagem e, portanto, da sua partida). Por meio delas é possível ver a importância dada ao procedimento de “ir lá ver com os próprios olhos”, olhares que estamos considerando estarem marcados, entre

outras coisas, pelas “instruções” de viagem.

Fora desviar, sem vantagem compensadora, a atenção de V. Exa. O alongar-se relatando os dados e informações que tenho colhido sobre as regiões do Purus. Como já tive a honra de declarar em carta anterior, nenhum deles, a meu parecer, exclui a observação direta. São em geral duvidosos e não raro controvertidos. Manaus, 23.01.1905. Antes da partida (CUNHA, 1994, p. 247).

Vê-se bem como variam os pareceres sobre assuntos tão simples – impondo a todas as informações o corretivo de uma observação ulterior, direta [...]. Tais esclarecimentos, nem sempre uniformes, aceito-os apenas como indicação para o exame local, mais tarde. Manaus, 14.01.1905. Antes da partida (p. 248).

Como já tive a honra de declarar em carta anterior, nenhum deles [os dados sobre o rio Purus], a meu parecer, excluem a observação direta. Manaus, 25.01.1905. Antes da partida (p. 249).

Em Manaus, no início do ano de 1905, Euclides da Cunha cuidava dos preparativos da viagem, estudava fontes bibliográficas sobre a Amazônia e aguardava a chegada das “instruções” para poder partir. Foram alguns meses de espera. Esse tempo mostra que a viagem de Euclides à Amazônia não foi feita por razões simplesmente pessoais, independentemente dos interesses daqueles que a estavam patrocinando. Pelo contrário, a cansativa espera das “instruções” (que mostrou, pelas cartas emitidas pelo nosso viajante, um Euclides angustiado e ansioso pela possibili-

dade delas não chegarem a tempo, em razão de o rio ainda estar na época da cheia, permitindo, com isso, uma navegação tranquila) marca que essa era uma viagem “interessada” e, portanto, que essa não era qualquer viagem, como já referimos antes, uma viagem determinada apenas por propósitos de cunho pessoal.

Nesse sentido, o olhar a ser lançado à floresta e ao rio Purus que deveria ser mapeado não era, simplesmente, próprio ao viajante, mas, sim, estava constituído, entre outras coisas, pelas “instruções” de viagem enunciadas pelo patrocinador da mesma: o Ministério das Relações Exteriores da recente República do Brasil. Essas iriam dizer qual o caminho a seguir e aquilo que deveria ser, talvez, corrigido em relação ao traçado do rio Purus, determinando também o tempo e o dinheiro que poderiam ser gastos; enfim, esse conjunto de “instruções” conduziria não apenas a viagem, mas também as atenções daqueles que estariam em viagem. Vejamos um trecho da “instrução” fornecida à Cunha:

A comissão incumbida da exploração do Rio Purus partirá de Manaus e verificará o curso desse rio, fazendo um simples reconhecimento hidrográfico até o barracão Catai, cujas coordenadas geográficas determinará, assim como as de alguns outros pontos interessantes no trajeto [...]. A comissão mista³ corrigirá e completará, como puder, a planta levantada por W. Chandle⁴, e verificará a correspondência da nomenclatura geográfica que nela se acha com a atualmente em uso. No regresso determinará as coordenadas da

confluência do Purus [...]. Cada comissão mista deverá apresentar um mapa dos trabalhos de que é encarregada e uma memória descritiva da zona percorrida (1994).

Destacamos que a necessidade de “instruções” é uma marca importante e característica das viagens científicas ao Novo Mundo no século XIX (KURY, 2001) e que a história natural era o guia para a confecção das mesmas. Sob o solo da ciência, não importava quem viajaria, pois um olhar subjetivo não estava em questão. Era preciso olhar com os olhos conformados pela história natural (mesmo que eu tenha considerado que os escritos de Humboldt parecem fugir um pouco, pelo menos, dessa conformação que se pode considerar ter sido hegemônica e que envolve a pretensa objetividade e neutralidade das viagens científicas no século XIX). De qualquer forma, voltando às motivações em torno da viagem de Euclides da Cunha, podemos dizer que o patrocínio da viagem, cujos interesses aparecem materializados nas “instruções”, definiu para Euclides da Cunha um modo de olhar e de escrever. Porém, não são apenas as “instruções” configuram o olhar *euclidiano* à Amazônia. Há ainda muitos outros aspectos em jogo.

Naquele momento era preciso lançar um olhar muito próprio ao Brasil. Era preciso não apenas ver com os próprios olhos, mas ver com olhos, agora, muito próprios de um brasileiro. O Brasil republicano necessitava encontrar seus próprios rumos em direção ao progresso e à civilização. Era preciso, então, destituir a Amazônia dos marcadores que

a literatura científica (e estrangeira) de viagem havia imprimido à floresta durante mais de um século. Uma floresta que encantava a alma humana não poderia ser incorporada às prerrogativas de uma nação que urgia estar completamente civilizada e caminhando em direção ao progresso, sendo necessário, para tanto, entre muitas outras coisas, eliminar os últimos redutos “desérticos” (sem civilização) do Brasil.

A Amazônia configura-se, então, nessa perspectiva, como repleta de desencantos, pois como seria possível desenvolver, modificar, uma *terra encantada*? Tornava-se necessário constituí-la *de outros modos* e, assim, incorporá-la ao processo de desenvolvimento pensado como necessário à República do Brasil. Nas palavras de Euclides da Cunha:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disso, sob o conceito estreitamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo

em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país. Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba (CUNHA, 1999, p. 1).

Se a literatura científica de viagem no decorrer do século XIX, especialmente aquela que combinou ciência e estética romântica, produziu uma Amazônia repleta de encantos, tratava-se, agora, de produzir o seu desencantamento e com urgência. Através da viagem *euclidiana*, a floresta desencantada poderia, finalmente, inscrever-se no mundo.

Talvez seja importante dizer que não foi a “Amazônia real” (como argumenta o próprio Euclides da Cunha na passagem acima destacada) que produziu aos seus olhos um certo desencantamento, pois ele fala de sua inegável grandiosidade. Ouso dizer que a intenção de instituir tal desencanto já estava dada antes mesmo de a viagem se processar. Nesse sentido, não é a Amazônia, quando limpa das marcas nela imprimidas por Humboldt (e por muitos outros naturalistas que adentraram a floresta no século XIX), que se apresenta aos olhos *euclidianos* em toda sua verdade e transparência. Seria preciso, então, investigar com maior densidade as condições de possibilidade que permitiram tal produção por meio da obra *euclidiana*: uma floresta, agora, desencantada e limpa aos olhos do Brasil (e esse aprofundamento exige um outro texto, não sendo tratado, aqui, em maiores detalhamentos).

Talvez possa começar a mapear tal questão, exatamente, por aquilo que me

propus fazer neste texto: tentar construir as motivações da viagem de Euclides da Cunha à Amazônia. Passo, então, a tentar lançar algumas indicações para os outros fatores que estão em jogo na viagem de Euclides pela Amazônia (além das “instruções” que era preciso seguir e dos marcadores das “literaturas científicas de viagem” que era preciso dissolver).

Considerações finais

No final do século XIX e início do século XX, a Amazônia era o lugar no Brasil onde o progresso parecia querer marchar em ritmo alucinante. Essa foi a época, como chamou Ana Maria Daou (2000), da “*belle époque* amazônica”. Naquele tempo, Manaus sofreu uma gigantesca transformação urbana, tendo sido implantados vários serviços (redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação de ruas, circulação de bondes), sendo um dos mais importantes “o sistema telégrafo subfluvial, que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha” (p. 37). Manaus modernizava-se e a razão eram a extração e a comercialização mundial do látex extraído das seringueiras (*Hevea brasilienses*)⁵ que estavam espalhadas pela floresta Amazônica. Cabe destacar que características químicas, como plasticidade, elasticidade, impermeabilidade e propriedades isolantes, levaram a borracha a ocupar um lugar importante no mundo – “ela multiplicou as possibilidades de reunião de materiais diferentes num mesmo artefato técnico, proporcionando

mobilidade e flexibilidade a inúmeros equipamentos e produtos industriais” (ARAÚJO, 1998, p. 69).

Naquela época, após ter tido um sucesso estrondoso com o lançamento de *Os sertões*, uma “outra” viagem, agora à Amazônia, avistava-se como importante. Euclides (contrariando os desejos de viagem de sua época, que levavam muitos eruditos como ele a Paris) fez suas viagens sempre em direção às regiões desérticas brasileiras, isto é, àquelas regiões consideradas por esse viajante à margem da civilização e da história. Após sua incursão à caatinga e o acompanhamento, por dentro, do desfecho do levante de Canudos,⁶ parece ter-se tornado interessante para ele penetrar na floresta tropical Amazônica e acompanhar o extenso fluxo migratório que se processava em direção a essa outra região surpreendentemente “desértica” do Brasil. Como destaca Araújo (1998), “estima-se que até 1910, cerca de 500.000 trabalhadores emigrantes (a maior parte vinda do nordeste brasileiro) já havia se dirigido à Amazônia” (p. 82).

Euclides havia dado um destaque bastante intenso em *Os sertões* à questão da raça, discutindo a formação racial do sertanejo e os perigos da mestiçagem ao explicar a guerra de Canudos “como resultado do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja” (VENTURA, 1998, p. 138). Não cabe, agora, entrar na discussão de aspectos relativos à raça na obra *euclidiana*. Porém, é preciso registrar que Euclides da Cunha também parece ter viajado à Amazônia para ir ao encontro do sertanejo (agora travestido de serin-

gueiro) – raça que ele tinha exaltado em *Os sertões*.

Enfim, muitas parecem ter sido as razões que levaram Euclides da Cunha à Amazônia. Espero ter conseguido colocar algumas delas em jogo neste texto, sem que pretenda, com isso, definir diretamente os efeitos de seu trabalho. Sem dúvida, Euclides da Cunha, por meio da literatura de viagem que escreveu, ensinou e constituiu, no início do século XX, um modo de olhar a Amazônia, cujo foco estava na mira da nação brasileira, que urgia progredir e civilizar-se. E, para tanto, era preciso inscrever no mundo uma floresta caótica, desencantada, bárbara e selvagem.

Writing Amazonia out through travel literature: teaching ways of seeing

Abstract

This work discusses the ways that Amazon forest was *produced* in the early 20th century by the travel literature of Euclides da Cunha. The article focuses, mostly, on the set of motivations of Euclidean forest travel. It is argued that at that time, was settled a need to include the Amazon forest in the world as a disenchanting environment, chaotic, barbarian and savage. It was necessary, however, to delete or “register cleaner”, the travel literature of the 19th century that pointed the forest as an idyllic, tranquil and charming place. Thus, one of the intentions of the article is

to point out a discontinuity between 19th century's travel literature (especially the one that suffered strong contamination of the "aesthetics of the sublime") and the literature on the Amazon that Euclides da Cunha opens to the ways of seeing the forest. The texts of Euclides da Cunha on Amazon are seen in this article as pedagogical, for teaching us how, in the early 20th century, the forest was configured and how the subjects who lived there were constituted and positioned, for example, related to race. With inspiration in cultural studies that assume post-modern perspectives, it seeks to understand the meanings attributed to the forest and also, to the processes that place, in specific ways, the subjects who inhabit there as a result of settings woven history and culture.

Key words: Cultural studies. Amazon. Euclides da Cunha. Cultural pedagogy.

Notas

- ¹ Uma versão deste texto foi apresentada na mesa-redonda intitulada "A literatura ensinando sobre a natureza: análises construcionistas em educação ambiental", coordenada pela professora Maria Lúcia Castagna Wortmann, no V Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul do Brasil, em abril de 2004.
- ² Euclides da Cunha é considerado como um dos principais escritores do Brasil, sobretudo em razão da sua obra de maior prestígio: *Os sertões*, publicada em 1902, no período da Primeira República brasileira, com "êxito fulminante" (GALVÃO, 2000, p. 40).
- ³ Na viagem à Amazônia, juntamente com a comissão brasileira presidida por Euclides da Cunha, estava uma comissão do Peru (as comissões viajaram em embarcações separadas). O interesse central do Ministério das Relações Exteriores (dos dois países) era resolver um

impasse de fronteira do Brasil com o Peru. Em 1904, Euclides foi nomeado como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus (Amazônia). Na época havia um certo desagravo entre o Peru e o Brasil por questões limitrofes, devido, principalmente, ao acordo entre o Brasil e a Bolívia por meio do qual esta última cedeu o território do Acre em troca de compensações territoriais e pecuniárias (SANTANA, 2001, p. 162).

- ⁴ Em 1864, a Royal Geographical Society, de Londres, enviou um dos seus membros, William Chandless, para resolver a questão de se o rio Purus seria um prolongamento do rio Madre de Dios. "O interesse da instituição inglesa na questão do Purus parece ser um dos aspectos de interesse mais geral que envolvia a descoberta de uma rota entre o Pacífico e o Atlântico, através dos Andes e da Amazônia" (SANTANA, 1999, p. 169). Chandless não chegou aos pontos mais extremos da cabeceira do Purus, portanto, "resguardou-se de um juízo definitivo sobre o assunto" (SANTANA, 2001, p. 171). A comissão liderada por Euclides da Cunha chegou até a parte mais extremada do Purus, avançando "para lugares nunca cientificamente explorados" (CUNHA apud SANTANA, 2001, p. 171).
- ⁵ Cada seringueira pode ser "sangrada" (é feita uma incisão no seu caule permitindo o afloramento do látex) "três vezes por semana durante todo o ano e por cerca de trinta anos" (ARAÚJO, 1998, p. 87).
- ⁶ A guerra de Canudos ocorreu no sertão do Nordeste brasileiro no fim do século XIX. Nela, os "devotos" de Antônio Conselheiro foram, depois de algumas tentativas frustradas, massacrados pelo Exército brasileiro, que supunha ter se instalado em Canudos um levante monarquista.

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis. O mercado, a floresta e a ciência do mundo industrial. In: _____ (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

- CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, 2001.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). Cronologia. In: CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989.
- GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *Um olhar nacional sobre a Amazônia: apreendendo a floresta em textos de Euclides da Cunha*. Tese (Faculdade de Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), p. 863-880, 2001.
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- REYNOSO, Carlos (Org.). *El surgimiento de la antropología posmoderna*. Barcelona: Gedisa, 1992.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência & Arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TYLER, Stephen. Acerca de la descripción/desescritura como um “hablar por”. In: REYNOSO, Carlos (Org.). *El surgimiento de la antropología posmoderna*. Barcelona: Gedisa, 1992.
- VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 133-147, 1998.